



ÁGUAS DO NORTE, S.A.

Concurso Público - ACORDO-QUADRO SINGULAR

PRC_0378/2024_TII

CADERNO DE ENCARGOS

PRC_0378/2024_TII

Acordo Quadro para “Atualização do Licenciamento, Assistência Técnica e Manutenção Evolutiva do Software GENETEC para a Águas do Norte, S.A.”

Concurso Público

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

Capítulo I – Objeto do Acordo-Quadro	I
Cláusula 1. ^a (Objeto)	I
Cláusula 2. ^a (Objeto do acordo-quadro)	I
Cláusula 3. ^a (Direito de opção)	2
Cláusula 4. ^a (Preço do acordo-quadro)	2
Cláusula 5. ^a (Contratos optativos)	2
Capítulo II – Celebração do Acordo-quadro	3
Cláusula 6. ^a (Contratos de aquisição de serviços)	3
Cláusula 7. ^a (Apresentação de propostas circunscritas)	3
Cláusula 8. ^a (Vigência do acordo-quadro)	3
Cláusula 9. ^a (Forma e documentos contratuais)	3
Cláusula 10. ^a (Obrigações principais da entidade selecionada)	4
Cláusula 11. ^a (Obrigações complementares da entidade selecionada)	6
Cláusula 12. ^a (Suspensão de vigência do acordo-quadro)	7
Capítulo III – Celebração dos Contratos Optativos	7
Cláusula 13. ^a (Natureza dos contratos optativos)	7
Cláusula 14. ^a (Procedimento de adjudicação)	7
Cláusula 15. ^a (Forma da prestação de serviços)	8

Cláusula 16. ^a (Demonstração de conformidade, testes e aceitação dos serviços)	8
Cláusula 17. ^a (Direitos de propriedade intelectual e industrial)	9
Cláusula 18. ^a (Conformidade e garantia técnica)	10
Cláusula 19. ^a (Marcas e patentes)	10
Cláusula 20. ^a (Modificação do acordo-quadro)	10
Cláusula 21. ^a (Condições de pagamento)	10
Cláusula 22. ^a (Faturação)	11
Cláusula 23. ^a (Seguros e Encargos Sociais)	12
Capítulo V – Prazo do dever de sigilo	13
Cláusula 24. ^a (Objeto do dever de sigilo)	13
Cláusula 25. ^a (Prazo do dever de sigilo)	13
Cláusula 26. ^a (Proteção de dados pessoais e RGPD)	14
Cláusula 27. ^a (Interoperabilidade digital)	16
Capítulo VI – Penalidades Contratuais e Resolução	17
Cláusula 28. ^a (Incumprimento do contrato)	17
Cláusula 29. ^a (Penalidades contratuais)	17
Cláusula 30. ^a (Força maior)	18
Cláusula 31. ^a (Resolução por parte da Entidade Adjudicante)	19
Cláusula 32. ^a (Resolução por parte do Adjudicatário)	20
Cláusula 33. ^a (Direito de opção de novo acordo-quadro)	20
Cláusula 34. ^a (Cessão da posição contratual no acordo-quadro)	21
Cláusula 35. ^a (Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante)	21
Capítulo VII – Disposições Finais	22
Cláusula 36. ^a (Foro competente)	22
Cláusula 37. ^a (Regulamentos dos fornecedores)	22
Cláusula 38. ^a (Recolha de dados pessoais)	22
Cláusula 39. ^a (Comunicações e notificações)	23
Cláusula 40. ^a (Contagem dos prazos)	23

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	24
ANEXO II ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE.....	29

CAPÍTULO I – OBJETO DO ACORDO-QUADRO

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no acordo-quadro a outorgar com a entidade selecionada no âmbito do procedimento de Concurso Público para a Celebração de Acordo Quadro para “Atualização do Licenciamento, Assistência Técnica e Manutenção Evolutiva do Software GENETEC para a Águas do Norte, S.A.”.
2. O acordo-quadro, que se materializará em contrato de opção, será singular, conforme possibilidade prevista nos termos do disposto na alínea a), do n.º I, do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e terá por objeto a atribuição à Entidade Adjudicante, do direito de celebrar, com a entidade selecionada, múltiplos contratos (optativos) de aquisição de serviços.
3. De acordo com o definido no número I, do artigo 258.º do CCP, deve adotar-se o procedimento de ajuste direto para a formação de contratos a celebrar ao abrigo do presente acordo-quadro.
4. Os contratos (optativos) a celebrar ao abrigo do acordo-quadro terão por objeto a atualização do licenciamento, assistência técnica e manutenção evolutiva do Software GENETEC para a Águas do Norte, S.A., melhor descrito no **ANEXO I**.
5. A prestação de serviços deverá ser realizada nas seguintes moradas:

Infraestrutura	Morada	Código Postal	Localidade
Sede de Águas do Norte, S.A.	Rua Dom Pedro de Castro, n.º Iª, Vila Real	5000-669	Vila Real
ETA de Areias de Vilar	Lugar do Gaído	4755-045	Barcelos

Cláusula 2.ª

(Objeto do acordo-quadro)

1. Com a celebração do acordo-quadro (contrato de opção), a entidade selecionada obriga-se a celebrar com a Entidade Adjudicante, os contratos de aquisição de serviços (contratos optativos) que terão, cada um deles, por objeto a Renovação do Licenciamento, Assistência Técnica e Manutenção Evolutiva do Software GENETEC, tudo melhor descrito no **ANEXO I** do presente caderno de encargos.

Cláusula 3.^a
(Direito de opção)

1. Ficarà na exclusiva disponibilidade da Entidade Adjudicante, exercer o direito de opção a que alude a cláusula anterior e, com isso, determinar a conclusão dos contratos optativos.
2. O exercício do direito de opção pela Entidade Adjudicante, nos termos previstos neste caderno de encargos, determina *ipso facto* a conclusão dos contratos (optativos).
3. A celebração de qualquer contrato optativo ao abrigo do acordo-quadro constitui opção unilateral da Entidade Adjudicante, não ficando, por isso, obrigada à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 4.^a
(Preço do acordo-quadro)

1. Com a celebração do acordo-quadro, a entidade selecionada atribui à Entidade Adjudicante, o direito previsto na cláusula anterior a título gratuito, razão pela qual o acordo-quadro, por si só, não gera para a Entidade Adjudicante, a obrigação de pagar qualquer preço por mor de tal atribuição.
2. Os preços unitários que integram o âmbito do acordo-quadro são os oferecidos pela entidade selecionada, na respetiva proposta.
3. O total dos contratos adjudicados no âmbito do presente acordo não poderá ultrapassar o valor máximo de 130.220,00 EUR (cento e trinta mil duzentos e vinte euros), para o período de execução contratual inicial de 3 (três) anos, caducando quando o acordo-quadro perfizer esse valor, independentemente do não atingimento do prazo previsto no n.º 1 da Cláusula 8.^a.
4. Não obstante o valor máximo fixado, fixam-se também preços base unitários, conforme definido no Anexo III do Programa do Procedimento - Modelo de Proposta.
5. A violação do valor máximo fixado implica a consequência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
6. Os preços constantes da proposta adjudicada não serão revistos durante a vigência do contrato.

Cláusula 5.^a
(Contratos optativos)

1. O acordo-quadro apenas vincula a entidade selecionada relativamente à conclusão de contratos de optativos que compreendam, no todo ou em parte, a aquisição de serviços mais bem identificados no **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos.

CAPÍTULO II – CELEBRAÇÃO DO ACORDO-QUADRO

Cláusula 6.^a

(Contratos de aquisição de serviços)

1. Cada acordo-quadro apenas vincula a entidade selecionada relativamente aos serviços que o integram e que estão devidamente discriminados no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 7.^a

(Apresentação de propostas circunscritas)

1. Nos posteriores contratos (optativos) de aquisição de serviços, o respetivo adjudicatário está vinculado aos preços unitários por si oferecidos no concurso público e que constam do acordo-quadro, preços estes que, para cada um deles, constituirão os respetivos preços máximos garantidos.

Cláusula 8.^a

(Vigência do acordo-quadro)

1. O acordo-quadro será celebrado pelo prazo de 3 (três) anos, contados da data nele a fixar, que se prevê que seja no dia 01/03/2025, ou até à data em que o preço pago pelos serviços executados, ao abrigo dos contratos optativos celebrados no âmbito do presente Acordo-quadro, perfaça **o valor máximo fixado para o procedimento**, conforme o que ocorrer primeiro sem prejuízo da possibilidade da Entidade Adjudicante, poder suspendê-lo, nos termos previstos na Cláusula 12.^a do presente caderno de encargos. sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além
2. Quando se verifique a necessidade de antecipação ou adiamento da data referida no número anterior, a Águas do Norte, S.A. comunica cocontratante, por escrito, a data a partir da qual se inicia a execução do contrato, sendo a partir dessa comunicação, a qual pode ocorrer, inclusivamente, por qualquer meio de transmissão de eletrónica de dados, que o contrato começará a produzir efeitos.
3. A Entidade Adjudicante poderá exercer o direito de opção previsto na Cláusula 3.^a do presente caderno de encargos até ao último dia do prazo de vigência do acordo-quadro.

Cláusula 9.^a

(Forma e documentos contratuais)

1. O acordo-quadro será celebrado por escrito.

2. Consideram-se integrados no acordo-quadro, fazendo dele parte integrante os seguintes documentos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta da entidade selecionada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pela entidade selecionada;
 - f) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pela entidade selecionada nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. O estabelecimento, na proposta, de termos ou condições não admitidas por este Caderno de Encargos e que não tenham sido detetadas em fase pré-contratual consideram-se não escritas e de nenhum efeito.

Cláusula 10.^a

(Obrigações principais da entidade selecionada)

- I. Constituem obrigações da entidade selecionada quanto ao acordo-quadro:
 - a) Fornecimento e renovação do licenciamento do software GENETEC;
 - b) Bolsa de horas para assistência técnica especializada e de desenvolvimento do software GENETEC existente;
 - c) Cumprimento dos prazos de intervenção operacional e funcional no sistema GENETEC, conforme estipulado no Ponto II, n.º 2.2 - Níveis de Serviço – SLA, do **ANEXO I** do Caderno de Encargos;
 - d) Implementação de novas funcionalidades.

2. O adjudicatário obriga-se à execução de todos os serviços previstos no Anexo III do Programa do Procedimento - Modelo de Proposta, pelos preços unitários propostos e nas condições técnicas e de prazos constantes do **ANEXO I** – Especificações Técnicas, do Caderno de Encargos.
3. O adjudicatário obriga-se a realizar a primeira atualização do licenciamento do *software* GENETEC no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a outorga do contrato.
4. O adjudicatário obriga-se a alocar à execução dos serviços objeto do presente contrato uma equipa composta, no mínimo, por 7 (sete) elementos, com a designação de um responsável, durante todo o período de vigência do contrato, com as competências, os conhecimentos e a experiência constantes do Ponto III – Especificações funcionais obrigatórias, do n.º I, do **ANEXO I** do Caderno de Encargos.
5. Para os efeitos da alínea anterior, o adjudicatário fica obrigado a entregar, com a outorga do contrato e sempre que for solicitado, os currículos de cada um dos elementos da equipa afetar à execução dos serviços.
6. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
7. O adjudicatário é ainda responsável perante a Águas do Norte por qualquer defeito ou discrepância dos recursos materiais e informáticos afetos à prestação do serviço de Assistência Técnica, Licenciamento e Manutenção Evolutiva do *Software* GENETEC.
8. O Adjudicatário obriga-se a cumprir a legislação em vigor em matéria de proteção jurídica dos programas de computador, nomeadamente o DL n.º 252/94, de 20 de Outubro, na sua atual redação, o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo DL n.º 63/85, de 14 de Março, na sua atual redação e o Código da Propriedade Industrial, aprovado pelo DL n.º 36/2003, de 05 de Março, na sua atual redação.
9. O Adjudicatário obriga-se ainda a observar o estabelecido em matéria de proteção de dados pessoais, nomeadamente com as orientações e determinações emanadas pelo Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril de 2016 e demais normativos conexos.
10. Constitui encargo do adjudicatário o transporte, deslocação de técnicos e materiais, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros.
11. Na prestação de serviços objeto do presente contrato o adjudicatário obriga-se a cumprir com todos os requisitos legais exigidos no âmbito da segurança e saúde, bem como as normas de segurança internas da **Águas do Norte, S.A.**.

12. Sempre que aplicável, em face do objeto contratual, o Adjudicatário deve entregar, num prazo máximo de 10 (dez) dias após a outorga do contrato, os documentos previstos no Regulamento para Fornecedores da Águas do Norte, S.A., disponível no website da Águas do Norte, S.A., em <http://www.adnorte.pt>.

Cláusula 11.ª

(Obrigações complementares da entidade selecionada)

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade selecionada, as seguintes obrigações gerais:
- a) Não alterar as condições de execução contratual fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;
 - b) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições da prestação de serviços, bem como fornecer todos os esclarecimentos que se justifiquem de acordo com as circunstâncias;
 - c) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do acordo-quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação social, representantes legais, situação jurídica ou comercial;
 - d) Garantir os fornecimentos e a prestação dos serviços que lhe forem adjudicados com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - e) Não divulgar ou comunicar a terceiros, sem expresse consentimento da Entidade Adjudicante, qualquer informação recebida desta, bem como elementos, estudos ou resultados relacionados com o objeto do acordo-quadro;
 - f) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Entidade Adjudicante, ou dos seus representantes;
 - g) Prestar todos os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela Entidade Adjudicante.
2. No que se refere aos trabalhadores afetos à presente prestação de serviços, o Adjudicatário fica ainda obrigado às seguintes condições:
- a) Os trabalhadores afetos ao contrato de aquisição de serviços prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, conforme decorre do artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º, n.º 2, ambos do CCP;

- b) O disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho;
- c) O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução contratual;
- d) A contratação de trabalhadores em violação do disposto no artigo 419.º-A do CCP constitui contraordenação muito grave como decorre da alínea f) do artigo 456.º do CCP;
- e) A Águas do Norte, S.A. poderá exigir ao adjudicatário, em qualquer momento, as evidências do cumprimento desta obrigação.

Cláusula 12.ª

(Suspensão de vigência do acordo-quadro)

- 1. A Entidade Adjudicante pode, em qualquer momento, por comprovados motivos de interesse público, suspender total ou parcialmente a vigência do acordo-quadro.
- 2. O adjudicatário não poderá exigir qualquer indemnização da Entidade Adjudicante, com fundamento na suspensão total ou parcial do acordo-quadro de que é outorgante.

CAPÍTULO III – CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS OPTATIVOS

Cláusula 13.ª

(Natureza dos contratos optativos)

- 1. Os contratos a celebrar ao abrigo do acordo-quadro assumem o tipo de contratos de prestação de serviços.

Cláusula 14.ª

(Procedimento de adjudicação)

- 1. Ocorrendo a necessidade da prestação de serviços objeto do contrato, o contraente público adotará o procedimento previsto no artigo 258.º do CCP para a sua execução, identificando as tipologias/categorias necessárias, assim como as quantidades, podendo utilizar para tal uma nota de encomenda que será considerada como convite do respetivo contrato optativo, para efeitos do disposto no CCP.

2. O Convite corresponderá ao exercício do direito de opção previsto na Cláusula 3.^a do presente Caderno de Encargos e, portanto, à celebração do contrato de prestação de serviços.
3. Recebido o Convite, o cocontratante mobilizará os meios humanos e materiais adequados à execução do contrato.
4. O Convite referido considera-se efetuado na data do envio respetivo, cabendo ao fornecedor assegurar a operacionalidade e capacidade do seu destino, assegurando as comunicações eletrónicas.
5. Uma vez enviado o Convite, o cocontratante terá o prazo aí definido para proceder à prestação dos serviços.
6. Prestados os serviços, o representante da Entidade Adjudicante, ou quem este indicar, assinará uma declaração que atestará a sua correta prestação e a conclusão do contrato optativo.

CAPÍTULO IV – CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Cláusula 15.^a

(Forma da prestação de serviços)

1. A execução dos serviços será efetuada, sem prejuízo do especialmente disposto nas cláusulas do presente Caderno de Encargos, em função das necessidades da **Águas do Norte, S.A.** e em datas a acordar.

Cláusula 16.^a

(Demonstração de conformidade, testes e aceitação dos serviços)

1. Concluída a execução dos serviços a Águas do Norte, S.A., por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 5 (cinco) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se estes correspondem às quantidades estabelecidas no presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. No caso da demonstração de conformidade e os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos, a Águas do Norte, S.A. deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

3. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Águas do Norte, S.A., ao suprimimento e correção das irregularidades e desconformidades apresentadas, garantindo o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
4. Durante a fase de realização das correções, o adjudicatário deve prestar à Águas do Norte, S.A., toda a cooperação e todos os esclarecimentos entendidos necessários, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
5. Os encargos com a realização das correções, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.
6. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a Águas do Norte, S.A. procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.
7. Caso as verificações e os testes a que se refere o ponto I. da presente cláusula comprovem a total operacionalidade dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Águas do Norte, S.A. deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.
8. O adjudicatário obriga-se a manter os serviços objeto do presente contrato, durante todo o prazo da sua execução, em total operacionalidade e observância das características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargo, bem como a sua conformidade com as exigências legais.

Cláusula 17.^a

(Direitos de propriedade intelectual e industrial)

1. O adjudicatário terá que demonstrar ser titular de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à utilização de software GENETEC e demais soluções ou produtos por si utilizados na execução do contrato a celebrar.
2. O adjudicatário obriga-se a manter válidas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior, até à integral execução dos serviços contratados.

Cláusula 18.^a

(Conformidade e garantia técnica)

- I. O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à **Águas do Norte, S.A.**, em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do adjudicatário e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 19.^a

(Marcas e patentes)

- I. Correm integralmente por conta do adjudicatário os encargos ou a responsabilidade civil decorrente da incorporação em qualquer dos bens objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos bens, de elementos de construção, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. A eventual indicação, no presente Caderno de Encargos, bem como na lista de artigos a fornecer ao abrigo dos acordos quadro a celebrar, que integra o **Anexo I** ao Caderno de Encargos e Anexo III do Programa do Procedimento, de marcas comerciais ou industriais, de patentes ou modelos, ou de uma origem ou produção determinadas deve, sempre e sem exceção, ser interpretada como indicativa e ilustrativa das especificações dos bens a fornecer, sendo-lhe atribuído o significado do mesmo tipo ou equivalente.

Cláusula 20.^a

(Modificação do acordo-quadro)

- I. A modificação do conteúdo do acordo-quadro, designadamente de especificações técnicas dos bens a que se encontra adstrito o Adjudicatário, só pode ser realizada por acordo entre o Adjudicatário e a Entidade Adjudicante e sempre com a observância das regras estipulados no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.^a

(Condições de pagamento)

- I. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, em virtude da correta e completa execução dos contratos (optativos), devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção por aquela, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a execução dos serviços previstos, salvo se os mesmos se mostrarem desconformes, na sequência da inspeção a que alude o n.º I da Cláusula 16.ª.
3. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º I, as faturas são pagas.

Cláusula 22.ª
(Faturação)

1. As faturas a apresentar pelo cocontratante à Águas do Norte, S.A. devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada, sendo acompanhadas de relatórios discriminados justificativos do tempo efetivamente gasto na execução dos serviços.
2. A faturação deve ser efetuada de acordo com o disposto no Código do IVA, devendo a fatura mencionar, quando aplicável, todos os números das notas de encomenda e das guias de remessa a que dizem respeito.
3. As faturas são emitidas eletronicamente pelo cocontratante e deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Caso o cocontratante não tenha ainda aderido a este portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>;
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab>
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5
5. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em https://www.adp.pt/downloads/file427_pt.pdf
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela Águas do Norte, S.A. não será objeto de qualquer cobrança adicional.

7. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação resultante de facto não imputável à Águas do Norte, S.A., às prestações devidas não acrescem quaisquer juros de mora.
8. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.
9. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
10. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 23.^a

(Seguros e Encargos Sociais)

1. Seguro de Responsabilidade Civil
 - a) O adjudicatário subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde serão indemnizadas, em caso de sinistro, as perdas e/ou danos de carácter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à Entidade Adjudicante em particular, em consequência da execução do contrato em causa, cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;
 - b) Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da Apólice que a entidade adjudicante será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;
 - c) O Adjudicatário é obrigado a contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de 50.000,00 EUR (cinquenta mil euros), por sinistro e anuidade.
2. Seguro de Acidentes de Trabalho
 - a) O Adjudicatário ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal.
3. O Adjudicatário obriga-se a efetuar apólices de seguro que cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato.
4. O Adjudicatário obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues no fornecimento, manutenção e reparação, bem como todas as pessoas nelas transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas, com valor ilimitado de responsabilidade civil.

5. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Adjudicatário.
6. A Entidade Adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos na presente Cláusula, devendo o Adjudicatário fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO V – PRAZO DO DEVER DE SIGILO

Cláusula 24.^a

(Objeto do dever de sigilo)

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Águas do Norte, S.A., de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 25.^a

(Prazo do dever de sigilo)

1. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 26.^a

(Proteção de dados pessoais e RGPD)

- I. O adjudicatário compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da legislação de proteção de dados aplicável, em particular o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, adiante, RGPD, bem como a Lei de Execução Nacional aprovada pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, no decurso do procedimento concursal, assim como durante a vigência do contrato, nomeadamente as seguintes:
- a) Garantir a confidencialidade dos dados pessoais a que tenha ou venha a ter acesso por via do presente procedimento ou do contrato, ou qualquer ato relacionado direta ou indiretamente a decorrer deste, nomeadamente, assegurando que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - b) Tratar os dados pessoais a que tenha acesso por via do presente, apenas para as finalidades previstas no presente Caderno de Encargos e no respetivo contrato e segundo as instruções da Águas do Norte, S.A.;
 - c) Informar a Águas do Norte, S.A. caso considere que alguma das instruções por esta providenciada possa dar origem ao incumprimento da legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais;
 - d) Implementar as medidas técnicas e organizativas de segurança adequadas a assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados pessoais, bem como a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento, designadamente as previstas no artigo 32.º do RGPD, a fim de impedir a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como qualquer outra forma de tratamento ilícito dos dados pessoais;
 - e) Não subcontratar o tratamento de dados pessoais da entidade adjudicante sem a sua prévia autorização escrita;
 - f) Em caso de autorização de subcontratação, impor ao subcontratado as obrigações em matéria de proteção de dados estabelecidas no presente Caderno de Encargos;
 - g) Notificar a Águas do Norte, S.A. de quaisquer transferências de dados pessoais para país fora do Espaço Económico Europeu e que não apresente um nível adequado de proteção;
 - h) Informar a Águas do Norte, S.A., com a maior brevidade possível, em caso de efetivo ou potencial incidente de violação de dados pessoais;

- i) Prestar assistência à Águas do Norte, S.A. no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, bem como as obrigações estabelecidas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD;
 - j) Disponibilizar à Águas do Norte, S.A. todas as informações necessárias para que sejam cumpridas todas as obrigações a que o adjudicatário esteja sujeito, contribuindo para auditorias, inspeções e demais fiscalizações conduzidas pelo Responsável pelo Tratamento, quando necessário e aplicável;
 - k) Sensibilizar o pessoal autorizado no âmbito do tratamento dos dados para as questões relacionadas com privacidade, proteção de dados e segurança da informação, garantindo ainda a necessária formação ao correto manuseamento dos mesmos;
 - l) Finda a prestação de serviços, apagar ou devolver, segundo o critério da Águas do Norte, S.A., todos os dados pessoais tratados por sua conta, apagando as cópias existentes, sem prejuízo de conservação posterior que seja legalmente exigida.
2. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Águas do Norte, S.A. ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
 3. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Águas do Norte, S.A. ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruída, por escrito, pela Águas do Norte, S.A..
 4. Caso o adjudicatário subcontrate outras entidades (mediante prévia autorização escrita da Águas do Norte, S.A., nos termos previstos no CCP) para a prestação de serviços previamente definidos pela Águas do Norte, S.A., o adjudicatário será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
 5. O adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por esta subcontratadas cumprirão o disposto na LPDP e na demais legislação aplicável, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (RGPD - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a celebra com outras entidades por si subcontratadas.
 6. O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e, nomeadamente, a:
 - a) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;

- b) Prestar à Águas do Norte, S.A. toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a Águas do Norte, S.A. informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados à Águas do Norte, S.A.;
 - c) Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no contrato;
 - d) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - e) Prestar a assistência necessária à Águas do Norte, S.A. no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos Direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados.
7. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Águas do Norte, S.A. venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
8. Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 6 da presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador.
9. O adjudicatário deverá assinar, como anexo ao Contrato, o Acordo de Confidencialidade - **ANEXO II**, ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 27.^a
(Interoperabilidade digital)

- I. O adjudicatário obriga-se a executar o contrato em conformidade com as normas abertas:
- i. Lei n.º 36/2011, de 21 de junho - Adoção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado;
 - ii. RCM n.º 91/2012, de 8 de novembro - Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital.

CAPÍTULO VI – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 28.^a

(Incumprimento do contrato)

1. O incumprimento pelo Adjudicatário das obrigações que sobre ele impendem, fixadas no acordo-quadro ou nos contratos (optativos) celebrados ao seu abrigo, confere à Entidade Adjudicante, o direito à resolução do acordo-quadro, sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas.
2. Considera-se existir incumprimento quando, designadamente, se verifique uma das seguintes situações:
 - a) Incumprimento definitivo do acordo-quadro ou de algum dos contratos celebrados ao seu abrigo, por facto imputável ao Adjudicatário, designadamente as previstas na Cláusula 31.^a do Caderno de Encargos;
 - b) Incumprimento de alguma das obrigações impostas no Caderno de Encargos ou demais documentos que integram o procedimento;
 - c) A não prestação dos serviços ou a não prestação, no prazo fixado no prazo fixado, em número superior a cinco incumprimentos, nos termos prescritos no presente Caderno de Encargos;
 - d) Inobservância das regras procedimentais inerentes à adjudicação de qualquer fornecimento, tal qual se encontram definidas no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 29.^a

(Penalidades contratuais)

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do acordo-quadro (contrato de opção) ou dos contratos (optativos), a Entidade Adjudicante pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, numa análise semestral, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \times [N + (N-1) \times 0,5] \times 0,001$$

Em que:

P - o valor da penalidade, em Euros;

V - o valor do Contrato;

N - o número de notificações de incumprimento apresentadas pela Águas de Norte, S.A., no semestre em curso.

2. Constituem situações de incumprimento as seguintes:

- a) O incumprimento na realização de algum dos serviços indicados no **ANEXO I** deste caderno de encargos;
 - b) O incumprimento dos prazos de resposta indicados no Ponto II, n.º 2.2 (Níveis de Serviço – SLA), do **ANEXO I** do Caderno de Encargos;
 - c) A omissão de correção das irregularidades e desconformidades apresentadas nos termos previstos nas Cláusula 16.ª e de Conformidade e Garantia Técnica, previstos na Cláusula 18.ª, ambas do Caderno de Encargos;
 - d) O incumprimento do prazo da primeira atualização do licenciamento do *software* GENETEC definido no n.º 3 da Cláusula 10.ª, do Caderno de Encargos;
 - e) O incumprimento na entrega dos currículos da equipa técnica afeta ao serviço, a que alude a n.º 5, da Cláusula 10.ª, do Caderno de Encargos, bem como das licenças, autorizações ou demais atos de consentimento válidas a que alude a Cláusula 17.ª, Caderno de Encargos;
 - f) O incumprimento de alguma das outras obrigações previstas na Cláusula 10.ª deste Caderno de Encargos;
 - g) O incumprimento de algumas das obrigações complementares constantes da Cláusula 11.ª, do Caderno de Encargos;
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração e a sua eventual reiteração.
4. O pagamento do valor das sanções contratuais ocorrerá por retenção nos pagamentos posteriores devidos ao Adjudicatário.
5. As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.
6. O ressarcimento da Entidade Adjudicante ditado pela aplicação de cláusula penal prevista no presente normativo, poderá ainda efetuar-se por compensação daquele seu crédito com qualquer outro que sobre ele tenha o Adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 847.º do Código Civil.

Cláusula 30.ª

(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização,

alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 31.^a

(Resolução por parte da Entidade Adjudicante)

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Incumprimento da obrigação de prestação dos serviços, em número superior a 3 (três) incumprimentos, nos termos prescritos no presente Caderno de Encargos;
 - b) Atraso na prestação dos serviços objeto do acordo quadro, em número superior a dez incumprimentos, nos termos prescritos no presente Caderno de Encargos;
 - c) Incumprimento da obrigação de correção de desconformidades ou garantia técnica nos termos da Cláusula 16.^a do Caderno de Encargos, em número superior a dez incumprimentos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.
 3. A resolução sancionatória do acordo-quadro, pelo incumprimento definitivo do mesmo pelo cocontratante, assim como a resolução sancionatória de qualquer um dos contratos (optativos) celebrados ao seu abrigo, constitui a Entidade Adjudicante, no direito a uma indemnização pelos prejuízos sofridos pelo inadimplemento da contraparte, indemnização essa que, nos termos do disposto no n.º I do artigo 810.º do Código Civil, se fixa em € 10.000,00.
 4. O disposto no número precedente não obsta a que a Entidade Adjudicante, exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.

Cláusula 32.^a

(Resolução por parte do Adjudicatário)

1. O direito de resolução por parte do adjudicatário é exercido por via judicial.
2. A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 33.^a

(Direito de opção de novo acordo-quadro)

1. Caso o acordo-quadro venha a cessar com a entidade selecionada, seja por mútuo acordo, seja por fundado incumprimento contratual, poderá a Entidade Adjudicante, de forma unilateral determinar a celebração de um acordo-quadro com o mesmo objeto e a mesma regulação com o suplente pela integração da proposta por este apresentada a concurso.
2. Caso a Entidade Adjudicante pretenda exercer o direito de opção, notifica o suplente para no prazo de 10 dias úteis apresentar os documentos de habilitação a que se reporta o ponto 20.º do Programa do Procedimento caso a opção venha a ocorrer 2 (dois) meses após a celebração do acordo-quadro.

3. O incumprimento pelo suplente do disposto no número anterior determina a caducidade da opção exercida e a não conclusão de novo acordo-quadro.
4. Apresentados os documentos a Entidade Adjudicante convocará o suplente para outorgar o acordo-quadro nos termos do n.º I, que durará até à data que vigoraria o acordo-quadro caso se mantivesse em vigor.

Cláusula 34.^a

(Cessão da posição contratual no acordo-quadro)

- I. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem prévia autorização escrita da Entidade Adjudicante e, desde que não se verifique algum dos impedimentos previstos no artigo 317.º e se cumpram os requisitos previstos no artigo 318.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01.

Cláusula 35.^a

(Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante)

1. Verificando-se o incumprimento do Adjudicatário das suas obrigações assumidas com a celebração do contrato, que preencham os requisitos da resolução do mesmo, a Entidade Adjudicante pode, em alternativa à resolução do contrato, ordenar a cessão da posição contratual do Adjudicatário, ao(s) concorrente(s) do procedimento pré-contratual que precedeu a celebração do contrato, pela ordem sequencial do citado procedimento.
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, a Entidade Adjudicante interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão do contrato.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato da Entidade Adjudicante, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
5. Os direitos e obrigações do Adjudicatário, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6. As obrigações assumidas pelo Adjudicatário cedente depois da notificação referida no número 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando esta assim o declare, após a cessão.
7. A caução e as garantias prestadas pelo Adjudicatário cedente para a execução do contrato são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela Entidade Adjudicante aos respetivos depositários ou emitentes.
8. A posição contratual do Adjudicatário cedente nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 36.^a

(Foro competente)

- I. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 37.^a

(Regulamentos dos fornecedores)

- I. O Regulamento dos Fornecedoros da Entidade Adjudicante, disponível no seu site <http://www.adnorte.pt/pt/sustentabilidade/regulamento-para-fornecedores/?id=109> deverá ser integralmente cumprido. Neste Regulamento consta a documentação que deverá ser apresentada, antes de início da execução do contrato.

Cláusula 38.^a

(Recolha de dados pessoais)

- I. Sempre que no âmbito de execução do contrato, sejam facultados à Entidade Adjudicante dados pessoais de pessoas singulares, declara, desde já, a Entidade Adjudicante, que estes se destinam apenas e exclusivamente ao cumprimento do contrato, podendo estes dados ser entregues aos serviços públicos e às autoridades judiciais por força de disposição legal.

2. Nos termos da lei, essas pessoas singulares podem solicitar à Entidade Adjudicante o acesso ou retificação, e o esquecimento dos seus dados pessoais.
3. Por forma a gerir cabalmente o presente contrato, os dados pessoais de pessoas singulares, podem eventualmente vir a ser cedidos a entidades terceiras que prestam serviços à Entidade Adjudicante em matéria de auditorias, contabilidade, financeira, seguradoras e outras.

Cláusula 39.^a

(Comunicações e notificações)

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes de cada acordo-quadro, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma delas, identificados no instrumento contratual.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 40.^a

(Contagem dos prazos)

1. Os prazos previstos no Caderno de Encargos são contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias feriados.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I. ENQUADRAMENTO

A Águas do Norte, S.A. possui uma solução de software aplicacional Genetec instalada, que se traduz numa plataforma de segurança física unificada, integrando diversos sistemas de segurança, tais como videovigilância, controlo de acesso, reconhecimento automático de matrículas de veículos, entre outros, constituindo-se como uma ferramenta indispensável para a atividade da empresa. Pretende-se ainda escalar a solução implementadas, das atuais 346 câmaras e 10 terminais biométricos, para a gestão de um número ilimitado de câmaras e terminais.

Com o presente contrato, pretende-se manter a solução aplicacional Genetec integrada e disponível, com a devida assistência técnica, assegurando o máximo quadro comum de módulos, suportada numa estrutura e modelo de dados comum, disponível não só para a Sala de Supervisão Watersee, mas também para qualquer utilizador interno e/ou externo da Águas do Norte, S.A.

II. ÂMBITO DOS SERVIÇOS A FORNECER

I. Renovação anual do licenciamento

- I.1 Com a renovação anual do licenciamento, a Águas do Norte, S.A. deverá continuar a ter acesso:
 - a) Ao fornecimento das novas versões e atualizações do software e módulos aplicacionais que compõem o sistema aplicacional GENETEC., bem como o acesso a correções do mesmo;
 - b) Ao fornecimento de novas versões e atualizações dos softwares e módulos aplicacionais existentes ou a instalar no sistema aplicacional GENETEC, da Águas do Norte.
 - c) Às atualizações de novas funcionalidades que venham a ser desenvolvidas em cada um dos softwares e módulos aplicacionais existentes ou a instalar no sistema aplicacional GENETEC da Águas do Norte;
 - d) Suporte pós-venda.
- I.2 Com o objetivo de garantir que o software GENETEC esteja sempre atualizado com o máximo de funcionalidades disponibilizadas e com a inserção de novos *updates*.
- I.3 A renovação das licenças abrange o seguinte *Software* e módulos aplicacionais GENETEC:

Item	Designação dos Serviços
Renovação do Licenciamento	
I	Serviços de manutenção PREMIUM com suporte GENETEC para 346 camaras e 10 leitores a 3 anos

1.4 O serviço PREMIUM deve incluir os seguintes requisitos principais:

- a) Suporte através de linha telefónica 24/7;
- b) Suporte através de correio eletrónico;
- c) Suporte através de acesso remoto para resolução de problemas;
- d) Tempo máximo de resposta (acesso remoto) – 4 horas;
- e) Update de Software e Firmware;

2. Bolsa de Horas

No sentido de assegurar que as funcionalidades do software GENETEC se mantêm em desenvolvimento e em funcionamento, sem problemas, são previstas bolsa de horas de assistência técnica, asseguradas por um conjunto de técnicos especializados, com base numa componente de:

Designação dos Serviços
Bolsa de Horas de manutenção evolutiva de software e de assistência técnica
Preço Hora de Assistência Técnica (em Horário Útil) (remoto ou presencial)

2.1 Especificações de manutenção evolutiva de software e da assistência técnica especializada

No âmbito do serviço de manutenção evolutiva e assistência técnica especializada poderão ser realizadas várias tarefas relacionadas com a utilização e manutenção do *software* e dos módulos GENETEC instalados na Águas do Norte, S.A., nomeadamente:

- a) Acompanhamento e apoio às atividades desenvolvidas pelos utilizadores do GENETEC;
- b) Realização de ações de formação, informação e esclarecimentos de dúvidas necessários para uma boa utilização e fiabilidade na execução dos trabalhos;
- c) Realização de ações de reformulação e reorganização de dados e informação;
- d) Identificação de melhorias e novas funcionalidades para o sistema aplicacional GENETEC;
- e) Disponibilização e instalação de atualizações com correções e novas funcionalidades no conjunto de *softwares* que compõem o GENETEC;

- f) A assistência técnica especializada às ações de instalação, configuração e utilização dos softwares e módulos aplicativos existentes ou a instalar no sistema aplicativo GENETEC da Águas do Norte;
- g) Correção de erros, anomalias e incidentes, assim como a verificação da implementação das aplicações previstas nas alíneas anteriores, nomeadamente através da realização de ciclos de teste e monitorização da conformidade.

Os serviços de manutenção evolutiva e assistência técnica especializada da iniciativa da Águas do Norte, S.A. serão objeto de prévia solicitação ao adjudicatário, por seu turno, caso a iniciativa seja do adjudicatário, os mesmos serão condicionados à prévia aprovação da Águas do Norte, S.A..

As intervenções de suporte técnico especializado serão solicitadas no *helpdesk* da Águas do Norte, S.A. (SICO), originando o pedido de incidente ou de serviço, comunicado via correio eletrónico.

Os serviços que forem, adequados e tecnicamente suportados a esse efeito, devem ser prestados por e-mail ou telefone, ou, em casos que se justifique por ligação remota aos servidores da Águas do Norte, S.A., com base em acesso remoto às aplicações instaladas.

Para tal, a Águas do Norte, S.A., poderá disponibilizar o referido acesso, dentro de um quadro de procedimentos de segurança a que o adjudicatário se encontra obrigado a observar.

Caso a correta prestação dos serviços não seja tecnicamente possível por acesso remoto, os mesmos devem ser realizados presencialmente na sede da Águas do Norte, S.A., sem qualquer custo adicional para entidade adjudicante.

As atividades e os serviços realizados serão objeto de reporte à Águas do Norte através da elaboração e apresentação, com periodicidade a definir, de relatórios circunstanciados, esclarecidos e completos, identificando e descrevendo os pedidos de intervenção efetuados pela Águas do Norte, S.A. as intervenções realizadas pelo prestador de serviços em resposta aos pedidos ou as intervenções realizadas pelo prestador de serviços, por iniciativa deste último, além da respetiva valorização em termos de horas e custos, de acordo com o contrato estabelecido.

Qualquer atividade de assistência técnica especializada ao sistema aplicativo GENETEC será executada por técnicos do prestador de serviço, sob a responsabilidade deste último e supervisão do responsável interno da Águas do Norte, S.A. pelo sistema aplicativo GENETEC.

2.2 Níveis de serviço – SLA

A resposta aos pedidos de intervenção, operacional ou funcional, no sistema GENETEC deve ser executada dentro dos seguintes prazos:

A. Intervenção Operacional

- a) 2 (duas) horas, contadas a partir da receção de pedido de suporte técnico especializado, independentemente do meio utilizado, classificadas de prioridade elevada e que respeitem a pedidos que visem a resolução de problemas com consequências muito graves, que impeçam a realização de tarefas críticas para a Águas do Norte, designadamente por completa falha ou paragem do sistema, bem como por erros de funcionamento que afetem as principais funções;
- b) 4 (quatro) horas, contadas a partir da receção de pedido de suporte técnico especializado, independentemente do meio utilizado, classificadas de prioridade normal e que respeitem a pedidos que visem a resolução de problemas que impeçam a realização de tarefas para a Águas do Norte, designadamente, em consequência da inoperacionalidade ou erro de funções gerais;

B. Intervenção funcional

- a) 4 (quatro) horas, contadas a partir da receção de pedido de suporte técnico, independentemente do meio utilizado, classificadas de prioridade muito elevada e que respeitem a pedidos de configuração, parametrização e/ou planeamento com carácter muito urgente;
- b) 1 (um) dia útil, contadas a partir da receção de pedido de suporte técnico, independentemente do meio utilizado, classificadas de prioridade elevada e que respeitem a pedidos de configuração, parametrização e/ou planeamento com carácter urgente;
- c) 5 (cinco) dias úteis, contadas a partir da receção de pedido de suporte técnico, independentemente do meio utilizado, classificadas de prioridade normal e que respeitem a pedidos de configuração, parametrização e/ou planeamento com carácter intermédio;
- d) 2 (duas) semanas, contadas a partir da receção de pedido de suporte técnico, independentemente do meio utilizado, classificadas de prioridade baixa e que respeitem a pedidos de configuração, parametrização e/ou planeamento com carácter baixo.

A resposta aos pedidos de desenvolvimento no sistema GENETEC deve ser executada dentro de 2 (duas) semanas, contadas a partir da receção de pedido, com o envio do respetivo planeamento e devem ser realizadas, em regra, em horário útil. Salvo exceções expressamente reportadas pela Águas do Norte, S.A que, em função da urgência e da natureza do desenvolvimento a realizar, sejam solicitadas no âmbito de uma assistência técnica permanente (24x7x365).

3. Serviços de desenvolvimentos de novas funcionalidades

Todos os serviços de desenvolvimento de novas funcionalidades elencados serão realizados remotamente, salvo as visitas, a definir, com elaboração de relatório.

III. ESPECIFICAÇÕES FUNCIONAIS OBRIGATÓRIAS

I. O Adjudicatário deverá cumprir com as seguintes especificações:

- I.1 Ser representante oficial da GENETEC (Genetec Value-Added Partner);
- I.2 Todos os desenvolvimentos realizados, no âmbito dos serviços a executar, deverá ser devidamente documentado, seguindo as melhores práticas aplicáveis;
- I.3 O adjudicatário obriga-se a alocar à execução dos serviços objeto do presente contrato uma equipa composta, no mínimo com os seguintes requisitos:
 - a) OMNICAST (SC-OTC-001-5.12) – 5 técnicos certificados;
 - b) SYNERGY (SC-STC-001-5.12) – 5 técnicos certificados;
 - c) ENTERPRISE SC-ETC-001-5.12) – 5 técnicos certificadosMISSION CONTROL (MC-ACT-001) – 4 técnicos certificados;
 - d) Um gestor/responsável de projeto com experiência não inferior a cinco anos em gestão de projetos de implementação de sistemas GENETEC;
 - e) Um consultor sénior com experiência não inferior a cinco anos, na implementação de sistemas de segurança.

2. Serviços de certificação

Deverão ser propostos cursos certificados, a serem dados por formador oficial GENETEC. Após a conclusão de cada curso, será realizado um exame on-line nos servidores da GENETEC, que em caso de aprovação será emitido o respetivo certificado oficial.

ANEXO II

ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE

Entre:

Águas do Norte, S.A., sociedade anónima, com sede na Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A, com matrícula na Conservatória de Registo Comercial e de identificação de pessoa coletiva número 513606084, com o capital social subscrito 111.061.732,00 EUR (cento e onze milhões, sessenta e um mil, setecentos e trinta e dois euros), aqui representada por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na qualidade de xxxxxxxxxxxx do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários de representação, como Primeira Outorgante

e

(Nome da pessoa singular/coletiva), (dados de identificação da pessoa singular - nome, morada, cartão de cidadão ou BI, número fiscal) ou da pessoa coletiva (sede, registo comercial, representada por), adiante designado por “Subcontratado”,

Considerando:

- Os contactos iniciados pelas partes com a finalidade de desenvolver (nomeadamente, projetos, acesso remotos, ideias, auditorias, etc.);
- A necessidade, neste contexto, de troca de informações entre as partes, que assumem natureza reservada;
- Que tais informações constituem ativos críticos das respetivas partes, com valor próprio e independente da celebração futura de qualquer instrumento de colaboração entre si ou entre cada uma e quaisquer terceiros;

As partes celebram o presente **ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE**, submetido às seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

- I.1 O presente acordo tem por objeto garantir a confidencialidade e proteção da informação classificada como protegida, confidencial ou outra de igual significado, trocada entre as partes com a exclusiva finalidade fixada infra, na Cláusula Segunda.
- I.2 Por informação protegida ou confidencial, adiante designada globalmente por “Informação”, entende-se toda a informação que, independentemente do suporte utilizado, conste ou se refira a:
- qualquer informação, elemento material ou tipos de documentos apresentados pela Primeira Outorgante relativos a este Acordo ou às suas atividades, ou na sua carteira de clientes, incluindo informações financeiras, operações, política de estratégia e procedimentos de negociação ou medidas internas, bem como informações sobre os produtos, representantes, relacionamento com fornecedores ou parceiros comerciais ou de negócios, segredos comerciais, *know-how*, estratégias e perspectivas de negócios;
 - qualquer informação, material, manuais e livros ou documentos enviados pela Primeira Outorgante ou obtidas pelo Segundo Outorgante durante as reuniões, discussões ou conversas formais com a Primeira Outorgante e/ou os seus representantes, colaboradores ou agentes que possam ser desenvolvidos e apresentados no decorrer dos serviços prestados à Primeira Outorgante;
 - qualquer rascunho, conceito, projeto, invenção, desenho, fotografia, esboço, diagrama, especificação, desenvolvimento, ideia artística, plano, comunicação, *software* e documentação relativa a programas de computador, registos, dados e bases de dados de qualquer natureza, gráficos, notas, modelos e amostras;
 - qualquer conhecimento obtido pelo Segundo Outorgante em consequência dos serviços prestados, bem como todos os tipos de informação sobre aspetos técnicos, financeiros, comerciais e/ou industriais, veiculados verbalmente, por escrito, em suporte magnético ou através de qualquer outro recurso telemático;
 - qualquer informação definida como dados pessoais no âmbito do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de Abril de 2016.
- I.3 As partes designar-se-ão “parte emissora” e “parte recetora” de acordo com a qualidade assumida, no âmbito do intercâmbio de Informação a regular.

Cláusula Segunda

(Finalidade e extensão da divulgação)

- 2.1 A Informação é divulgada com a exclusiva finalidade de desenvolver projetos ou ideias, sendo que a terceira parte deve estar abrangida por um acordo desta natureza com quaisquer outras partes.
- 2.2 O Primeiro e o Segundo Outorgantes comprometem-se a não usar, divulgar ou ceder a qualquer título, em Portugal ou no estrangeiro, a informação divulgada da contraparte para qualquer outra finalidade distinta da estipulada em 2.1, salvo autorização expressa da parte emissora.
- 2.3 O Recetor deve proteger a informação divulgada pelo Emissor utilizando o mesmo grau de cuidado que usa para prevenir a disseminação e publicação não autorizada da sua própria informação.
- 2.4 O Recetor deve adotar todas as medidas necessárias para impedir o uso indevido da informação por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso e deve assegurar os meios adequados à prevenção do extravio ou perda da informação, comunicando sempre ao Emissor a ocorrência de incidentes desta natureza no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ainda que esta comunicação não exclua a sua responsabilidade.
- 2.5 A parte recetora obriga-se, finda a finalidade referida na cláusula segunda, a restituir qualquer cópia, excerto ou parte dos elementos da Informação referidos supra em 1.2, no prazo de 8 (oito) dias, mediante mera solicitação da parte emissora.

Cláusula Terceira

(Confidencialidade)

- 3.1 O Segundo Outorgante concorda em não usar a Informação Confidencial em qualquer forma ou produzir ou testar qualquer produto que incorpore a Informação Confidencial, exceto para as finalidades autorizados pela Primeira Outorgante.
- 3.2 Os fins permitidos devem constituir um documento escrito preparado pela Primeira Outorgante, sendo incluídos num documento autónomo, exclusivo e relacionado apenas com as suas disposições.
- 3.3 O Segundo Outorgante será responsável, caso hajam dúvidas, por inquirir junto do Primeiro Outorgante sobre o conteúdo da referida autorização, cabendo apenas a este último a responsabilidade pela interpretação e esclarecimento de tais dúvidas.
- 3.4 O Segundo Outorgante deve, antes de iniciar qualquer divulgação permitida, obter dos seus colaboradores a quem a informação confidencial irá ser divulgada ou que possam de alguma forma obter acesso a qualquer Informação Confidencial, o mesmo grau de confidencialidade a que se obrigou com a Primeira Outorgante.

Cláusula Quarta

(Divulgação a terceiros)

- 4.1 No caso de o Segundo Outorgante necessitar de assistência de qualquer outra parte que não os seus colaboradores, aos quais a divulgação de qualquer Informação Confidencial é considerada necessária, deverá obter a aprovação por escrito da Primeira Outorgante da admissão desse terceiro e, posteriormente, com ele celebrar um acordo vinculativo da mesma forma em que o Segundo Outorgante está vinculado perante a Primeira Outorgante nos termos deste acordo.

Cláusula Quinta

(Informação não protegida)

- 5.1 Não se considera abrangido pelo dever de confidencialidade qualquer elemento da Informação:

- Cujas divulgação tenha sido expressamente autorizada pelo(s) proprietário(s). Tal autorização deve ser solicitada pela parte recetora e concedida pela parte emissora ou pelo(s) proprietário(s) por escrito no prazo de 8 (oito) dias úteis, findos os quais, na ausência de resposta, se considera indeferida a autorização;
- Que até ao momento da divulgação tenha sido publicado, tornado público ou que, de outra forma não se possa ignorar como pertencente ao domínio público;
- Tornado público após a divulgação ou pertencente ao domínio público por motivo não imputável à parte recetora, a título de dolo ou negligência;
- Que a parte recetora possa provar conhecer, por exibição de suporte escrito, em momento prévio ao seu recebimento;
- Recebido pela parte recetora de terceiros sem dever de confidencialidade, desde que estes tenham o direito de fornecer essa informação e que a mesma não tenha sido obtida por estes direta ou indiretamente da parte emissora ou do(s) proprietário(s) sob condição de confidencialidade;
- Que a parte recetora seja obrigada, por lei ou decisão judicial, a divulgar, desde que a esta notifique imediatamente a parte emissora e coopere de forma razoável com os esforços empreendidos por esta para contestar ou limitar o âmbito de tal divulgação;
- Que seja desenvolvida de forma independente pelo recetor.

- 5.2 O ónus da prova de todas as exceções à obrigação de confidencialidade previstas em 5.1 recai sobre a parte recetora ou sobre os coproprietários.

Cláusula Sexta

(Propriedade e integridade da informação)

- 6.1 A Informação é da primeira Outorgante se este for a parte emissora. Se a parte emissora for o segundo outorgante a Informação é pertencente ao segundo outorgante.
- 6.2 Todos os processos que envolvam venda da Informação, por parte do segundo outorgante (sendo este a parte emissora) a uma terceira entidade (não abrangida pela Primeira Outorgante), são feitos apenas entre o segundo outorgante e a terceira entidade, tendo em conta que ambas as partes devem assegurar que os custos associados ao desenvolvimento da ideia têm de ser cobertos na sua totalidade.
- 6.3 Quando a Primeira Outorgante se encontra na posse da Informação e é a entidade emissora, através do método descrito em 3.2, este vê-se na sua total liberdade para poder continuar a desenvolver a ideia.
- 6.4 O(s) proprietário(s) não garante(m), direta ou indiretamente, no âmbito do presente acordo, a proteção da Informação em sede, designadamente, de direitos de autor ou de propriedade industrial.

Cláusula Sétima

(Dever de notificação)

- 7.1 O Segundo Outorgante deve imediatamente notificar por escrito a Primeira Outorgante sobre qualquer violação ou ameaça de violação das disposições do presente Acordo da qual tome conhecimento, causada por si, seus colaboradores, ex-colaboradores e/ou qualquer terceiro.

Cláusula Oitava

(Duração)

- 8.1 O presente acordo entra em vigor na data da sua assinatura por ambas as partes, ficando a parte recetora vinculada ao presente compromisso de confidencialidade, nos exatos termos supra estipulados, por tempo indefinido, contados desde a data de assinatura deste acordo.
- 8.2 As partes poderão, por acordo e a todo o tempo, revogar ou alterar, no todo ou em parte, as disposições do presente acordo, conquanto não seja posta em causa a confidencialidade da Informação.

- 8.3 Os seus efeitos podem igualmente cessar mediante a celebração de um qualquer compromisso contratual entre os Outorgantes no qual seja estipulada a confidencialidade da Informação, sendo assim substituídos os termos deste contrato, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 8.4 Em caso algum estão todavia as partes vinculadas, pelo presente acordo, a celebrar futuramente quaisquer negócios jurídicos.

Cláusula Nona

(Responsabilidade)

- 9.1 A parte recetora ou coproprietários é responsável perante a parte emissora por quaisquer danos ou prejuízos, incluindo danos emergentes e lucros cessantes, resultantes do incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações previstas neste acordo, sem prejuízo da eventual responsabilidade criminal em que incorra no caso, nos termos da Legislação Portuguesa aplicável.
- 9.2 Sem prejuízo do disposto no número anterior, a violação de quaisquer obrigações previstas no presente acordo por parte da parte recetora ou coproprietário lesante implica o pagamento à parte lesada, a título de Cláusula Penal, de montante que cubra os prejuízos causados, sem prejuízo de outros valores que possam ser peticionados.

Cláusula Décima

(Aproveitamento do acordo)

- 10.1 Na eventualidade de qualquer cláusula deste Acordo ser considerada inválida por uma autoridade com jurisdição sobre o presente Acordo, essa cláusula deverá ser eliminada do presente Acordo, permanecendo inalteradas, válidas e vinculativas as demais cláusulas para as partes, na medida em que não são afetadas por tal eliminação.

Cláusula Décima Primeira

(Integridade do acordo)

- 11.1 Este Acordo constitui o acordo integral e único entre as partes e substitui todas as negociações, representações, empreitadas e acordos anteriores celebrados entre as partes que possam ter existido, tanto na forma escrita como oral.
- 11.2 Alterações e variações a este Acordo efetuadas em qualquer das suas cláusulas não serão válidas, exceto se acordadas por escrito, devendo o respetivo instrumento ser assinado pelas respetivas partes ou por agentes devidamente autorizados e mandatados pelas mesmas.

Cláusula Décima Segunda

(Lei e Resolução de Litígios)

- 12.1 O presente acordo é submetido à Lei Portuguesa.
- 12.2 Caso surja um diferendo ou litígio entre as Partes em matéria de interpretação, validade ou aplicação do presente Acordo, que as mesmas não consigam resolver de forma amigável, qualquer das Partes poderá submetê-lo a um tribunal arbitral, com expressa renúncia a qualquer outro tribunal.
- 12.3 O tribunal arbitral será constituído e funcionará de acordo com as normas definidas pela Lei da Arbitragem Voluntária (Lei n.º 63/2011) e será composto por três árbitros, sendo nomeados um por cada uma das Partes e um terceiro por cooptação destas. Na falta de acordo quando à designação do terceiro árbitro, será a sua designação efetuada pelo Juiz Presidente do Tribunal da Relação de Guimarães, a requerimento de qualquer das Partes.
- 12.4 O processo de arbitragem correrá em Vila Real, em língua portuguesa, salvo acordo em contrário das partes no processo arbitral.
- 12.5 O tribunal arbitral e/ou o centro de arbitragem apreciarão os factos e julgarão de acordo com a Lei Portuguesa e das decisões por eles proferidas não caberá recurso.

Feito em _____, aos ____ de _____ de 20____, em duplicado, ficando cada uma das partes na posse de um exemplar.

Primeiro Outorgante:

Segundo Outorgante
